

# **A PRESERVAÇÃO DE ACERVOS JURÍDICOS: CATALOGAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE PROCESSOS JUDICIAIS NA COMARCA ESTADUAL DE CÁCERES-MT (2016 – 2018)**

Alécio Gonçalves da Silva<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente relato provém da experiência obtida no trabalho de bolsista no projeto de recíproco acordo entre a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), por meio do Departamento de História e do Núcleo de Documentação Histórica Escrita e Oral (Nudheo), e o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT). O trabalho de catalogação, organização e preservação do acervo em questão foi desenvolvido no Fórum da Comarca de Cáceres, foco original do projeto, e que concentra um amplo acervo judicial oriundo de diversas varas judiciais cíveis e criminais, cujo histórico de atuação é datado da segunda metade do século XIX. A partir do processo de catalogação e organização de parte do acervo, tornou-se evidente a imprescindibilidade do projeto não apenas para a salvaguarda do importante patrimônio informacional jurídico, mas também para fomentar a pesquisa e a produção de conhecimentos nos âmbitos da área jurídica, histórica, arquivística e afins.

**PALAVRAS-CHAVE:** Acervo Jurídico. Organização. Catalogação. Gestão de Acervos Judiciais.

## ***PRESERVATION OF LEGAL COLLECTIONS: CATALOGING AND ORGANIZATION OF COURT PROCEEDINGS IN DISTRICT OF CÁCERES-MT (2016-2018)***

**ABSTRACT:** *This report comes from the experience gained in the scholarship work in the reciprocal agreement project between the State University of Mato Grosso (UNEMAT), through the Department of History and the Center for Written and Oral Historical Documentation (Nudheo), and the Court of Justice of Mato Grosso (TJMT). The cataloging, organization and preservation work of the collection in question was developed at the Cáceres County Forum, the original focus of the project, which concentrates a large judicial collection from various civil and criminal courts, whose history of activity dates from the second half from the 19th century. From the process of cataloging and organizing part of the collection, it became evident the indispensability of the project not only to safeguard the important legal informational heritage, but also to foster research and knowledge production in the legal, historical area, archival and the like.*

**KEYWORDS:** *Legal Collection. Organization. Cataloguing. Judicial Collection Management.*

---

<sup>1</sup> Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Bolsista/Estagiário no Fórum da Comarca de Cáceres pelo Centro de Integração Empresa – Escola (CIEE) e Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) no período compreendido entre 05/2016 e 05/2018. (E-mail: aleciogoncalves.s@gmail.com).

# A PRESERVAÇÃO DE ACERVOS JURÍDICOS: CATALOGAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE PROCESSOS JUDICIAIS NA COMARCA ESTADUAL DE CÁCERES-MT (2016 – 2018)

## INTRODUÇÃO

Os acervos judiciais podem ser compreendidos enquanto um conjunto de processos, documentos e etc., que configuram a complexa cadeia burocrática própria da operação estatal e jurídica e que tem por objetivo primaz a salvaguarda da memória das instituições do poder judiciário e suas relações com o povo, as empresas e os demais órgãos que porventura recorram ao âmbito judicial, como também, a própria relação do judiciário consigo mesmo, por meio dos documentos, processos e instruções regulamentadoras de caráter interno.

Alguns dos documentos, como os variados processos jurídicos são “estruturantes institucionais”, pois conferem legitimidade e historicidade ao organismo, assim sendo, uma política de acervo é fundamental para a coerência judicial na tramitação desses processos, seus respectivos arquivamentos e preservação. Por tudo isso, é possível compreender a política de acervo do judiciário como uma política pública que deve ser exercida num conjunto de ações estratégicas tecnicamente determinadas.

É da natureza do sistema jurídico a formação dos autos processuais, cujos volumes variam de algumas poucas páginas, até milhares de laudas. Após chegar a seu fim, com as respectivas resoluções, os processos judiciais são arquivados em suas comarcas. Com o passar dos anos e décadas, o volume de processos e demais documentos se agiganta, apoderando-se de grandes espaços físicos para seu armazenamento e tornando a tarefa de arquivamento, desarquivamento, catalogação e preservação ainda mais complexa e laboriosa. Os espaços físicos na maioria das vezes se apequenam para a grande demanda, o que gera uma superlotação que prejudica o trabalho de arquivística, e que contribui para a deterioração dos documentos, visto que os mesmos espaços não contam com infraestruturas adequadas ao armazenamento duradouro.

Mesmo com o trabalho de recuperação e catalogação de acervos públicos e privados realizado pelo Núcleo de Documentação Histórica Escrita e Oral (Nudheo) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), várias das instituições localizadas na cidade de Cáceres, no estado de Mato Grosso, não se encontram preparadas para os desafios de existência de um arquivo. O Fórum de Cáceres, mesmo sendo uma instituição antiga não se encontra ao todo preparado para lidar com a imensidão documental

acarretada ao longo dos anos, em especial os registros jurídicos provenientes do século XIX e início do XX, e assim, conseqüentemente há uma inestimável perda material e imaterial do acervo, seja por falta de profissionais, estrutura adequada e principalmente uma política de gestão, preservação e compartilhamento dessas memórias institucionais.

Diante da magnitude dos problemas e da sua tendência a aumentar, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) e a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) por meio do Departamento de História e do Núcleo de Documentação Histórica Escrita e Oral (Nudheo), assinaram um termo de cooperação técnica no ano de 2014 para a “organização dos documentos do Arquivo do Fórum de Cáceres”<sup>2</sup>, uma medida de caráter experimental, que, levando em consideração as legislações federais e estaduais referentes a arquivos documentais deverá “organizar o acervo documental, com vista à liberação e otimização do uso do espaço físico destinado à guarda dos documentos e processos arquivados”.<sup>3</sup>

O início dos trabalhos de bolsistas do curso de História no arquivo do Fórum de Cáceres se deu em 2016, visto que o termo de cooperação técnica foi firmado no final de 2014, e só no segundo semestre de 2015, depois de outas tramitações internas do Fórum, é que ocorreu o processo seletivo para estagiários, contando pela primeira vez com 03 (três) vagas destinadas a graduandos do curso de História da UNEMAT para atuarem na área de catalogação, organização e preservação do acervo.

## **PROJETO PILOTO: ORGANIZAÇÃO, CATALOGAÇÃO E PRESERVAÇÃO**

A partir de antigas necessidades e observando as problemáticas referentes aos acervos judiciais, juntamente ao indispensável dever público de catalogar, registrar e preservar os acervos do judiciário, é que o projeto de parceria entre o Poder Judiciário mato-grossense e Universidade do Estado de Mato Grosso foi idealizado e firmado.

O projeto então surgiu a partir de diagnósticos oriundos do próprio judiciário estadual, e de professores e técnicos da universidade que identificaram a dissociação e perda de processos e demais documentações de significativa importância para os trâmites judiciais e para as pesquisas historiográficas que porventura possam ser fomentadas pelas peças do vasto acervo, visto que, *a posteriori*, com a finalização dos trabalhos de catalogação, parte da documentação sem mais efeito jurídico será doada ao Núcleo de Documentação

---

<sup>2</sup> TJMT (Tribunal de Justiça de Mato Grosso), Termo de Cooperação Técnica Nº 6/2014, p. 01.

<sup>3</sup> *Ibidem*

Histórica Escrita e Oral (Nudheo) que labutará pela preservação e disponibilização para a pesquisa.

Acervos judiciais, dessa forma, são fontes de riquíssimas informações com potencial para servir a vários pesquisadores acadêmicos. Muitos desses acervos contam com coleções processuais antigas, mas que ainda não passaram por um processo de gestão que os preserve e o disponibilize, gerando, dessa forma, perdas de peças e de informações intrínsecas vinculadas ao momento de produção desses materiais e principalmente seus conteúdos. Para que isso não aconteça, é necessário o desenvolvimento de projetos que visem a catalogação e consequente preservação desses materiais, mas isso só é possível com o empenho das instituições envolvidas e principalmente a criação de políticas públicas eficazes na gestão de acervos, arquivos e suas memórias guardadas.

Projetos vinculados a preservação de acervos públicos, e mesmo privados, tem ganhado visibilidade no âmbito das políticas públicas e institucionais, pois propiciam a salvaguarda da memória institucional e contribuem para a produção de conhecimentos referentes a história inscrita nos documentos. As coleções judiciais da Comarca de Cáceres compõe um acervo constituído ao longo de mais de um século, sendo, portanto, testemunho das transformações institucionais, sociais e históricas perpassadas pela nação. O projeto posto em prática desde o ano de 2016 e ainda em curso entende a preservação dessas documentações presentes no acervo como a preservação das memórias sociais das pessoas que os papéis registraram nos idos do tempo, propondo uma interpretação crítica dessas trajetórias e suscitando o debate acerca dos desafios e possibilidades para a pesquisa acadêmica e a manutenção da memória institucional do judiciário.

Assim sendo, o papel básico dos arquivos é recolher e conservar os documentos públicos após terem eles desempenhado a finalidade precípua que justificou seu surgimento. Os documentos de arquivos não nascem necessariamente para promover a leitura do tempo em que foram produzidos, mas simplesmente por questões burocráticas e administrativas da máquina estatal. A grande maioria dos arquivos, ou em especial, os principais, são estatais, ou seja, fazem parte e são geridos pelo Estado ou órgãos vinculados a este, dessa forma o Estado pode intencionalmente construir uma memória que lhe interesse, pois é possível pensar que a própria (des)organização e descaso com os acervos não são atitudes neutras, possuindo finalidades propositadamente.

## ARQUIVO: REALIZAÇÕES E APRENDIZAGENS

O contato diário com os processos e demais documentações do acervo do Fórum contribuiu imensamente com a formação acadêmica, intelectual e pessoal que buscou entender quais são as competências do Poder Judiciário do Mato Grosso em relação aos conflitos sociais, culturais, administrativos, éticos e morais da sociedade nos diferentes períodos históricos. Assim, como também o fato enriquecedor e interessante do contato com a produção e utilização tecnológica presentes nos processos antigos e mais recentes, desde o material empregado, caligrafia, datilografia e outras tecnologias utilizadas.

Dessa forma, as principais atividades desenvolvidas nos dois anos como bolsista/estagiário podem ser sintetizadas em:

- Arquivamento e desarquivamento de processos judiciais e documentos administrativos da Comarca;
- Restauração e recuperação de processos e caixas-arquivo desgastados;
- Organização do acervo de acordo com o ano de arquivamento do respectivo documento/processo (tabela de temporalidade);
- Busca documental por meio dos livros de registros e pelo sistema eletrônico interno “Apolo”, visto que várias das documentações se encontravam “perdidas”.

Entre os resultados obtidos podemos destacar:

- Organização do acervo judicial e consecutiva facilitação no processo de arquivamento e desarquivamento da Comarca;
- Recuperação e preservação de partes do acervo, incluindo processos e documentos tidos por “extraviados”;
- Relativa abertura do acervo judicial para a pesquisa acadêmica, como consequência direta da catalogação, organização e preservação do mesmo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qual o sentido da preservação dos acervos jurídicos?

Edmund de Waal (2011), autor de “A lebre com olhos de âmbar” nos diz que, *“tire uma objeto do seu bolso e o coloque diante de si. Você começa a contar uma história”*.

A experiência vivenciada no Fórum de Cáceres demonstrou que refletir sobre a memória, a preservação e a difusão da cultura material no âmbito do Poder Judiciário estimula as sensibilidades e a atenção para com as coleções e patrimônios existentes em arquivos, reforçando dessa forma a necessidade de políticas de gestão de acervos a serem adotados, e compreendendo os materiais enquanto fontes de formação e de informação.

O que é um objeto ou outra coisa arquivada sem as histórias que o cercam?

Bibliotecas, museus e arquivos, neste sentido, possuem imensurável uso e valor social. A diversidade e ao mesmo tempo a especificidade dos documentos jurídicos constituem a importância do poder e da memória guardada em arquivos.

Os acervos jurídicos desempenham um relevante papel, em especial para a pesquisa histórica. Retratos dos acontecimentos sociais e dos dramas humanos, tudo isso pode ser explorado através de documentos dos arquivos do poder judiciário.

As atividades desenvolvidas no projeto foram enriquecedoras para o diálogo entre a formação acadêmica de História e o Poder Judiciário. As vivências adquiridas no Fórum foram além de competências técnicas e obrigatórias voltadas ao arquivo da Comarca. Estar bolsista no Fórum, desempenhando relevante trabalho me possibilitou compreender algumas de minhas aprendizagens teóricas na prática. Assim sendo, a formação acadêmica se viu enriquecida pelo contato direto com o arquivo, local de pesquisa essencial para o ofício de historiador.

## REFERÊNCIAS

GOV. MT, Superintendência de Arquivo Público. Base Legal do Sistema de Gestão de Documentos. Disponível *in*: <http://www.apmt.mt.gov.br/site/legislacao-e-normatizacao/> acesso em jun. 2019.

MIRANDA, Ana Cláudia C.; D'AMORE, Ticiano Maciel.; PINTO, Virginia Bento. Gestão documental da informação jurídica. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.18, n.3, p.96-110, jul./set. 2013.

POUGY, Elizabeth Bittencourt Paiva. Objetos e Narrativas – Diálogos em Processo. *Revista eletrônica Ventilando Acervos*, vol. 6, nº 1, dez. 2018. Disponível *in*: <http://ventilandoacervos.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/06.Relato02.pdf> acesso em jul. 2019.

TJMT (Tribunal de Justiça de Mato Grosso), Termo de Cooperação Técnica Nº 6/2014.

WAAL, Edmund de. *A lebre com olhos de âmbar*. Trad.: BARBOSA, Alexandre, São Paulo: Intrínseca, 2011.